

# PATRIMÔNIO ESCOLAR EM ABANDONO

## O projeto padrão da Escola Alfredo Rodrigues (Povo Novo, Rio Grande, 1942-2007)

ABANDONED SCHOOL HERITAGE

*The standard project of the Alfredo Rodrigues School  
(Povo Novo, Rio Grande, 1942-2007)*

**Lisiê Kremer Cabral<sup>1</sup>, José Henrique Carlucio Cordeiro<sup>2</sup>,  
Lorena Almeida Gill<sup>3</sup> e Ana Lúcia Costa de Oliveira<sup>4</sup>**

### Resumo

No Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XX, a demanda por prédios escolares foi atendida através de escolas padrão, que atualmente podem ser consideradas símbolos da memória coletiva. Desse modo, é importante a preservação desse patrimônio, que guarda a narrativa de formação das cidades, como também comunica e mantém a continuidade da identidade e cultura de uma região. Entretanto, alguns exemplares dessas instituições, construídas em 1940, não foram preservados e estão em processo de abandono. Por meio dos múltiplos significados de abandono nessa situação, este artigo tem o objetivo de identificar narrativas que auxiliem os processos de reconhecimentos de bens a serem preservados. Através de estudo de caso, com a metodologia da História Oral Temática, em uma escola com projeto padrão, em Rio Grande/RS, que foi demolida, foi verificado o abandono da função pedagógica, além do descaso com a comunidade escolar e a perda do lugar.

Palavras-chave: patrimônio escolar, escolas padrão, preservação.

### Abstract

*In Rio Grande do Sul, in the first half of the 20th century, the demand for school buildings was met through standard schools, which can currently be considered symbols of collective memory. In this way, it is important to preserve this heritage, which holds the narrative of the formation of cities, as well as communicates and maintains the continuity of the identity and culture of a region. However, some examples of these institutions, built in 1940, were not preserved and are in the process of being abandoned. Through the multiple meanings of abandonment in this situation, this article aims to identify narratives, from the built environment, that help the processes of recognition of goods*

1 Lisiê Kremer Cabral é Arquiteta e Urbanista (UCPel/2015), Mestra em Arquitetura e Urbanismo (UFPel/2020) e Doutoranda em arquitetura no Programa de Pós-graduação em Arquitetura (UFRGS). Atualmente conta com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Temas: arquitetura escolar no Rio Grande do Sul, arquitetura Art Déco, patrimônio cultural e a relação entre arquitetura e política. lisikcabral@yahoo.com.br

2 José Henrique Carlucio Cordeiro é Engenheiro Civil (FURG/2013) e Mestre em Arquitetura e Urbanismo no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFPel/2022). Temas: sentido de lugar e arquitetura escolar. joseccordeiro@yahoo.com.br

3 Lorena Almeida Gill é Historiadora (UFPel/1988), Mestra (PUCRS/1998) e Doutora (PUCRS/2004) em História. É professora titular da Universidade Federal de Pelotas, coordenadora do Núcleo de Documentação Histórica Beatriz Loner e do Laboratório de História Oral do ICH/UFPel. Temas: construção de narrativas, gênero, mundos do trabalho e saúde e doença. lorenaalmeidagill@gmail.com

4 Ana Lúcia Costa de Oliveira é Arquiteta e Urbanista (UNISINOS/1977), Mestra em Arquitetura (USP/1986) e Doutora em Planejamento Urbano e Regional (UFRGS/2012). É Professora Associada da Universidade Federal de Pelotas. Temas: patrimônio ambiental urbano, tipologia arquitetônica, estudos morfotipológicos, indicadores urbanísticos para políticas de gestão e graus de descaracterização e níveis de preservação. lucostoli@gmail.com

*to be preserved. Through the case study of the demolition of a school with a standard project, in Rio Grande/RS, it was verified the abandonment of the pedagogical function, in addition to the neglect with the school community and the loss of the place.*

*Keywords: School heritage, standard schools, preservation.*

### Introdução

O projeto padrão no Brasil, bastante utilizado em edificações públicas, começou a ser difundido em instituições educacionais durante a Primeira República (1889-1930), através de uma planta modelo que era replicada com pequenas variações nas fachadas (AZEVEDO; BASTOS; BLOWER, 2007). O programa de necessidades era organizado de forma simétrica e possuía poucos ambientes, de acordo com o método pedagógico e os costumes da época (NASCIMENTO, 2012). O Estado do Rio Grande do Sul adotou essa prática para a construção de escolas públicas e, no ano de 1928, foi realizado um concurso para projetos de prédios escolares com variações no número de alunos (ERMEL, 2017).

No período do Estado Novo, como resultado desse concurso de 1928, foram implementadas edificações escolares diversas, com projeto padrão, que atendiam às inovações do método pedagógico Escola Nova<sup>5</sup>. O engenheiro João Baptista Pianca<sup>6</sup> idealizou esses prédios escolares, no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1930 e 1940 (CABRAL, 2020). Essas escolas são representantes de uma época e se fazem fundamentais como símbolo social da comunidade por sua função e valor sentimental dos seus usuários.

O *Art Déco* pode ser entendido como um movimento de transição da arquitetura, do rompimento entre a escola clássica e ascendência da arquitetura moderna. Os projetos pertencentes a esse estilo priorizavam os conceitos de racionalidade e praticidade, apresentando valorização das formas puras, marcação de esquinas e simplificação de elementos decorativos (CORREIA, 2010). O *Art Déco* manifestou-se no Brasil em 1920 e, em 1930, foi utilizado para representar o progresso das cidades brasileiras. Sua imponência se tornou símbolo do governo, sendo disseminada em prédios de uso coletivo (GUTIÉRREZ, 2005).

Essas instituições de ensino podem ser consideradas como bens de valor cultural, sendo elementos de memórias coletivas, pois uma edificação remete a memórias de grupos sociais e comunicam uma narrativa histórica (SOUZA, 2012). O problema de pesquisa desse trabalho se constitui na dificuldade de identificação de quais dessas escolas devem ser patrimonializadas e protegidas pelo Estado, visto que existe uma dialética entre o abandono e a preservação. Portanto, o objetivo desse artigo é identificar narrativas, a partir do ambiente construído, que auxiliem os processos de reconhecimentos de bens a serem preservados.

Para atender esse objetivo foi desenvolvido um estudo de caso na Escola Alfredo Rodrigues, exemplar de projeto padrão para 200 alunos em Rio Grande/RS de 1942. No ano de 2007, essa escola foi demolida para a construção da duplicação da BR-392, a partir do discurso de que havia outra escola desse mesmo modelo na cidade e já protegida por inventário. No entanto, enquanto a escola demolida era plenamente apropriada, a inventariada permanece abandonada. Ambas as instituições possuíam

5 Tal tema será retomado no artigo.

6 João Baptista Pianca trabalhou na Secretária de Obras Públicas de Porto Alegre colaborando com projetos e reformas de instituições escolares (WEIMER, 2004).

semelhanças com as propostas elaboradas por Pianca, como também com outras nove edificações construídas entre o período de 1937 e 1942, pertencentes a um mesmo modelo arquitetônico.

Este trabalho pretende elucidar como ocorre a apropriação do ambiente construído, por meio da análise do caso da Escola Alfredo Rodrigues, instituição que estava em uso quando foi demolida de forma impositiva pelo Estado. De modo a abordar o ponto de vista de quem vivenciou esse momento histórico, utilizou-se a metodologia intitulada História Oral, em sua modalidade temática, além da pesquisa documental em fontes primárias e secundárias.

Esse estudo foi realizado para a disciplina de Memória, identidade e construção de narrativas, oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, no segundo semestre de 2019. O trabalho teve origem na pesquisa Arquitetura *Art Déco* nas escolas do Rio Grande do Sul no período do Estado Novo (1930-1950).

O histórico sobre a implementação dos prédios escolares no Brasil e as circunstâncias que determinaram o projeto padrão para escolas de 1937 no estado do Rio Grande do Sul são fundamentais para compreender e debater questões relacionadas à apropriação, preservação, abandono e demolição dessas instituições, tendo como enfoque a importância do bem cultural, independentemente de sua materialização.

### **Identidade, Memória Social e Patrimônio Cultural**

A concentração de características similares pertencentes a uma comunidade configura uma identidade social. Cada indivíduo, apesar de suas peculiaridades, agrupa-se em um novo conjunto, a partir de características comuns existentes, estabelecendo, dessa maneira, uma unidade representada por uma identidade coletiva (CANDAU, 2011; RODRIGUES, 2017). São as relações construídas ao longo de vivências interpessoais e locais que fortalecem a identidade coletiva. As lembranças produzidas na conformidade coletiva estão relacionadas à memória social (RODRIGUES, 2017). Candau (2011) coloca que cada pessoa possui características próprias e únicas, sendo a coletividade atribuída apenas às semelhanças, fazendo com que uma determinada característica seja escolhida como representante de uma certa unificação, enquanto outras ficarão excluídas.

O patrimônio cultural é dividido em três grupos, compreendendo ambiente natural, elementos intangíveis e bens materiais, abrangendo artefatos, construções e objetos tangíveis (LEMOS, 2009). Pode-se observar a conexão entre os três conceitos, quando se compreende que o homem é influenciado pelo ambiente habitado, pelos saberes transmitidos entre gerações e pelo desenvolvimento da sociedade, sendo o patrimônio formador de identidade e comunicador da história. Portanto, uma edificação, enquanto patrimônio cultural, é representação de memória coletiva.

As sociedades são conservadas e representadas pelas identidades, memórias sociais e patrimônio cultural, dispondo de instrumentos coletivos que ao longo do tempo são edificados, distribuídos e replicados (RODRIGUES, 2017). Um edifício, quando se torna símbolo de lembranças e histórias, passa a ser considerado um bem patrimonial. As construções públicas utilizadas pelo coletivo são produtoras de memórias coletivas (SOUZA, 2012).

A memória individual, formada através da interpretação de um fato ocorrido em um dado momento, segundo Halbwachs (2004), será rememorada com o auxílio de outros

agentes, sejam eles pessoas, livros e até mesmo lugares, que podem apresentar diferentes pontos de vistas, exercendo uma influência mútua e recíproca. Halbwachs (2004, p. 26) coloca que: “nossas lembranças permanecem coletivas, pois nunca estamos sós”.

Já para Candau (2011), a memória coletiva é a reprodução de lembranças sucedidas em um grupo, partindo do pressuposto que essas representações são comuns à comunidade, o que nem sempre acontece. O autor cita os trabalhos de Sperber (1996), o qual coloca que a partir das memórias de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos, que são reproduzidas várias vezes, se faz a construção e a comunicação da memória coletiva e suas representações culturais.

Assim, referente às escolas de projeto padrão do Rio Grande do Sul, percebe-se que constituem patrimônio cultural da sociedade. Observa-se que apesar desses prédios serem iguais em relação a sua estrutura física são distintos quando vinculados às questões de apropriação dos usuários e de memórias sociais. Pois as memórias e expectativas dos indivíduos que usufruem e usufruíram desses espaços os diferenciam. Dessa forma, se faz imprescindível um conhecimento abrangente sobre o objeto a ser preservado, o qual irá embasar e motivar a preservação de bens materiais e imateriais.

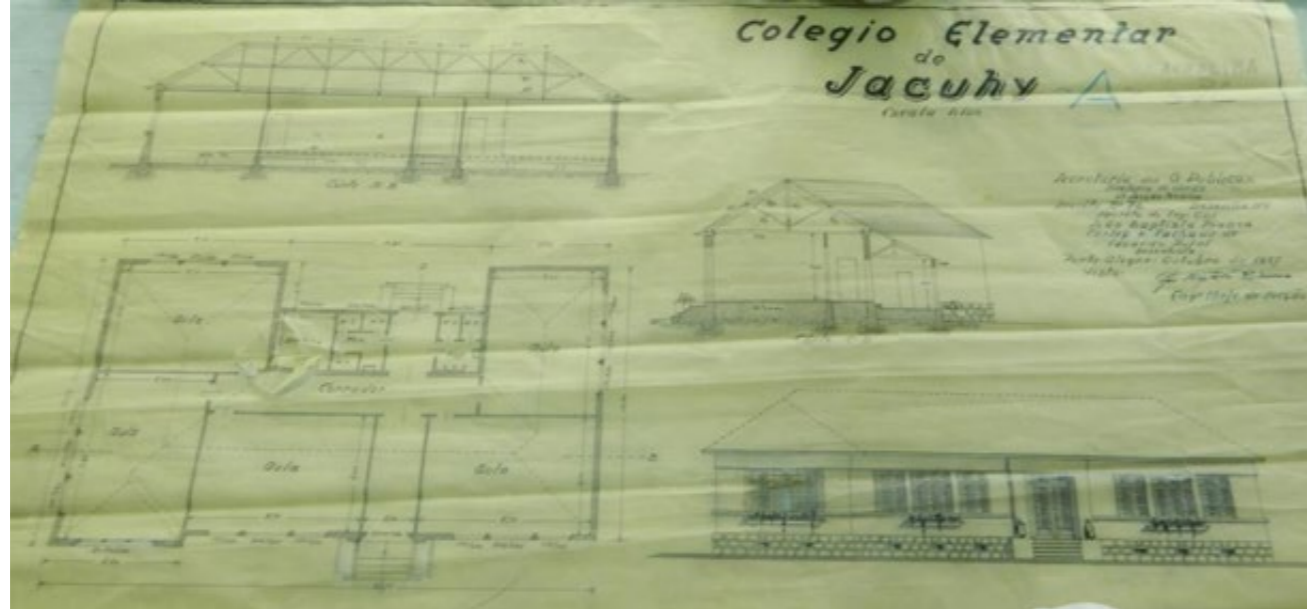
### **As edificações escolares no Rio Grande do Sul na primeira metade do século XX**

As escolas no Brasil, até 1889, eram implementadas em construções improvisadas, atribuídas às instituições religiosas. Não eram consideradas questões de conforto ambiental e não eram projetadas especificamente para o uso educacional (CRUZ; CARVALHO, 2004). A partir da Primeira República (1889-1930), o ensino foi valorizado e considerado como um instrumento de progresso, tornando-se obrigatório e gratuito. Para atender a nova demanda de alunos e a ideologia do governo, foram construídos novos educandários denominados Grupos Escolares (ERMEL, 2017).

O programa para essas novas instituições seguiu um projeto em que se utilizavam plantas tipo, que foram replicadas em diferentes localidades, com pequenas variações nas fachadas, dependendo de onde eram implantadas. A uniformização da educação está diretamente ligada à padronização das edificações escolares, em que não são valorizados aspectos de individualidade, nem consideradas características físicas locais, ocasionando espaços com baixa qualidade e pouca representatividade cultural (AZEVEDO; BASTOS; BLOWER, 2007).

Atendendo ao programa pedagógico e ao momento histórico da época, os projetos escolares previam uma edificação dividida em alas femininas e masculinas. As escolas contavam com ambientes para salas de aula, poucos espaços administrativos, sanitários e, algumas vezes, um ambiente para ginásio (NASCIMENTO, 2012). Os prédios possuíam arquitetura neoclássica, rígida simetria, com elevação em relação ao nível da rua, escadarias, pé direito alto, circulações em U ou H e presença de pátio interno (KOWALTOWSKI, 2013; OLIVEIRA, 2007).

Apesar dessa mudança de infraestrutura, entre o período Imperial e o início da Primeira República, a educação no país continuava precária e, entre os anos de 1920 e 1930, manifestou-se o movimento Escola Nova, que idealizava reformular a educação possibilitando sua acessibilidade a todas as classes sociais (BUFFA; PINTO, 2002). Esse novo método foi aplicado durante a Era Vargas (1930-1945), sendo adotado um novo programa escolar que buscava a racionalidade, eficiência e funcionalidade das construções, através de escolas modelo (SEGAWA, 1997).



No Rio Grande do Sul, no ano de 1923, conforme apresentado por Luchese e Kreutz (2012), o governo do Estado tinha a intenção de construir prédios para escolas elementares. Desse modo, em 1928 foi elaborado um concurso para projeto de instituições escolares, com capacidade para atender um número de alunos variável entre 250, 300, 350, 400, 450, 500, 550, 600, 800 e 1.000. O programa de necessidades era mais complexo em relação aos anteriores, pois contava com biblioteca, consultório médico e odontológico, museu didático, salão de solenidades, banheiros e administração (ERMEL, 2017). No ano de 1929 o projeto vencedor foi aprovado, havendo a possibilidade de construção de 16 novas escolas (LUCHESE, 2016).

Como resultado deste concurso foram encontrados diversos projetos de autoria do engenheiro João Baptista Pianca. Destaca-se a prancha com proposta de projeto para o Colégio Elementar Jacuhy, na cidade de Cachoeira do Sul, do mês de outubro de 1937 (Figura 1).

O engenheiro João Baptista Pianca, nascido em Porto Alegre em 1893, formou-se em 1915 e iniciou suas atividades profissionais em 1919 na Secretaria de Obras Públicas de Porto Alegre, atuando em projetos escolares para o interior do Estado e a partir de 1930 planejou prédios para Grupos Escolares. Em 1920 começou a lecionar na Escola de Engenharia e, por volta de 1928, foi nomeado Intendente de Bento Gonçalves (WEIMER, 2004).



Figura 3 - Mapa do Rio Grande do Sul com a localização dos prédios escolares com projeto padrão e ampliação do município de Rio Grande. Fonte: Da autora, 2023.

No Rio Grande do Sul foram identificadas escolas que seguem o mesmo padrão e apresentam semelhanças com a proposta de Pianca apresentada acima. Entre elas estão, da esquerda para a direita de cima para baixo: (1) Grupo Escolar Ajuricaba (1937), Ajuricaba/RS; (2) Escola Barão de Jacuí (1942), São Jerônimo/RS, (3) Escola Boca do Monte, Santa Maria/RS; (4) Escola Cândida Fortes Brandão (1941), Cachoeira do Sul/RS; (5) Escola Estadual de Educação Fundamental José de Oliveira Neto, Ararica/RS; (6) Escola Estadual de Ensino Médio Alfredo Rodrigues (1942), Rio Grande/RS; (7) Escola Henri Duplan (1938), Charqueadas/RS; (8) Escola Estadual de Ensino Médio José Joaquim de Andrade, Barão do Triunfo/RS e (9) Escola Estadual de Educação Fundamental Matias Albuquerque (1941), Porto Alegre/RS (Figura 2).

Essas escolas datam de 1937 a 1942 e possuem um pavimento, porão, janelas em grupo de três com floreiras e telhado cerâmico aparente. Elas são elevadas, existindo degraus para o acesso principal e a entrada encontra-se recuada em relação ao prédio. A fachada pode ser dividida em três partes de mesma proporção (sala de aula – acesso – sala de aula). Há a presença de linhas retas e formas geométricas simples, as quais identificam-se com o estilo *Art Déco*.

Dentre esse grupo de escolas localizadas no Rio Grande do Sul (Figura 3) se observa que algumas estão sendo protegidas por instrumentos do Estado, como o caso da Escola Assis Brasil, enquanto outras encontram-se abandonadas ou demolidas, como exemplo da Escola Alfredo Rodrigues, o que consolida o problema de pesquisa desse trabalho.

Nota-se que as instituições de ensino com projeto padrão do engenheiro Pianca representam a valorização da educação pelo estado gaúcho, pois foram prédios idealizados única e especificamente para o fim pedagógico, ampliou o acesso ao ensino às pequenas cidades e ainda servem de símbolo social, político e arquitetônico.

### Metodologia

A narrativa do participante do estudo foi construída a partir da metodologia da História Oral, em sua modalidade temática, a qual possui um roteiro básico, que buscou relacionar questões referentes à memória coletiva, valor cultural da Escola Alfredo Rodrigues e a implementação de projetos padrão no Estado, dentro do recorte temporal vinculado à chamada história do tempo presente, que é pensada através de Fico (2012, p. 44), para quem essa se vincula:

À possibilidade desse conhecimento histórico ser confrontado pelo testemunho dos que viveram os fenômenos que busca

narra e/ou explicar. Trata-se, talvez, da única particularidade que verdadeiramente distingue essa especialidade das demais, embora muitos autores tenham tentado destacar outras singularidades do ponto de vista metodológico ou mesmo teórico.

O entrevistado escolhido foi o arquiteto Oscar Décio Carneiro, antigo funcionário da Secretaria de Obras Públicas de Rio Grande (SOP), o qual participou ativamente contra a demolição da Escola Alfredo Rodrigues. Nessa ocasião foi cedido aos pesquisadores documentos a respeito do processo de desapropriação da escola, os quais foram objeto de análise documental.

A entrevista foi realizada na cidade de Rio Grande/RS, no dia 27 de agosto de 2019, na residência do Sr. Oscar, o qual recebeu os entrevistadores de maneira amistosa. O Sr. Carneiro, nascido em abril de 1939, cursou a Faculdade de Arquitetura, em Porto Alegre e iniciou suas atividades na SOP ainda durante os estudos acadêmicos e continuou trabalhando pelo órgão até os anos 1990. Quando se formou, ele foi convidado para chefiar a 18ª Residência<sup>7</sup> da SOP em Rio Grande, a qual atendia também as cidades de São José do Norte e Santa Vitória do Palmar.

A conversa foi gravada em áudio, durou aproximadamente uma hora e dez minutos, sendo em seguida transcrita, para a análise do seu conteúdo. As transcrições foram classificadas de acordo com as seguintes categorias de análise: os projetos padrão no RS; demolição da Escola Alfredo Rodrigues; atendimento da SOP às demandas escolares e oposição da comunidade à demolição da instituição.

A interlocução pode enquadrar-se no modelo de História Oral Temática, conforme já dito, pois, a partir de perguntas guiadas pelos entrevistadores foi possível reconstruir questões referentes à memória coletiva, o valor cultural da Escola Alfredo Rodrigues e a implementação de projetos padrão no Estado.

No mesmo período em que ocorreu a entrevista do Sr. Oscar houve o contato com membros da Escola Alfredo Rodrigues, em que foi explicado o cunho desse estudo, sendo solicitada visita e entrevistas com funcionários no local. No entanto, essas outras entrevistas não puderam ser realizadas, pois o convite realizado à diretora da instituição à época foi negado. Na ocasião, segundo ela, a escola encontrava-se em um momento complicado e não teria condições de receber os pesquisadores.

### **Preservação, Abandono e Demolição: Escola Alfredo Rodrigues x Escola Assis Brasil**

O Grupo Escolar do Povo Novo<sup>8</sup>, a Escola Estadual de Ensino Médio Alfredo Rodrigues<sup>9</sup>, iniciou suas atividades em 1939 em prédio adaptado ao uso atendendo 106 estudantes. Em 1940 o número de alunos matriculados subiu para 256 e foi necessário o planejamento para a implementação de uma nova edificação escolar (PEREIRA et al., 2011). A escola, localizada na cidade de Rio Grande, foi edificada no ano de 1942

<sup>7</sup> As Residências da Secretaria de Obras Públicas do Estado eram uma subdivisão da própria secretaria que atuavam atendendo municípios específicos, atualmente são denominadas como Coordenadorias Regionais atendendo em 28 regiões.

<sup>8</sup> Povo Novo é um distrito de Rio Grande e a história de sua povoação está relacionada à chegada dos açorianos nesse município e sua fuga perante a invasão espanhola de 1763, conformando-se a partir de 1977 (ROCCA, 2009).

<sup>9</sup> Alfredo Ferreira Rodrigues, intelectual nascido em 1865 no distrito do Povo Novo, atuou como professor, historiador, escritor e revisor (CORRÊA, 2018).



para atender especificamente ao uso educacional. A crescente demanda de alunos requeria ampliações e manutenções para melhorias na qualidade dos ambientes.

No ano de 2007 o prédio da escola foi demolido (Figura 4), pois encontrava-se dentro da área de ampliação da BR - 392. À época a escola atendia 600 alunos e foi desapropriada, de modo que o Governo Federal teve de indenizar o estado do Rio Grande do Sul. As obras para o novo prédio iniciaram em 2018 e nesse período a comunidade escolar utilizou salas improvisadas, construídas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte – DNIT (RS.GOV, 2018; MPRS, 2012). Em 2011 a escola atendia em torno de 500 alunos, do ensino infantil ao médio, em três turnos, sendo a maioria dos estudantes do ensino fundamental moradores de regiões próximas.

Oliveira (2016), em sua dissertação de mestrado, utilizando como ferramenta entrevistas semiestruturadas com cinco pessoas dessa comunidade escolar e um grupo focal com seis alunos, aponta que Elza S., entrevistada em 2015, assim comentou: “Fomos desalojados né? Saímos de um lugar que tinha toda uma história sim e se perdeu aquela questão [...]” (p.108), mostrando sua indignação frente às injustiças social e ambiental, originadas pela demolição. A narrativa de Elza enfoca o sentimento de apropriação que tinham em relação à escola e destaca a sua perda. Vários vínculos foram perdidos após a demolição, o que evidencia que a escola era mais do que um edifício, já que carregava memórias afetivas da comunidade.

Pode-se perceber a importância da edificação estudada e sua apropriação pelos alunos e professores, através de representação da escola em desenhos (Figura 5) e nas festividades realizadas, como aniversários da instituição. Na 2ª edição da revista Nos Trilhos da Cultura, elaborada pelo Ponto de Cultura ArtEstação, com a colaboração dos alunos e professores da escola Alfredo Rodrigues, foi relatado que a mãe de um aluno trabalhava como voluntária na biblioteca da escola, o que mostra a apropriação e pertencimento da comunidade com o ambiente de ensino (PEREIRA et al., 2011). Nos documentos cedidos pelo arquiteto Oscar Décio Carneiro durante a entrevista, a diretora à época Maria Jesus Senna Corrêa assim evidencia: “A escola é um espaço de educação e é ao mesmo tempo um ambiente de convívio social e de mais esperança”.

Uma das principais justificativas que possibilitou a demolição da escola Alfredo Rodrigues foi que a Escola Assis Brasil, outra instituição com arquitetura desse mesmo modelo em Rio Grande/RS já havia sido protegida por inventário. De acordo com Sr. Carneiro “[...] a escola do Povo Novo, como era igual a uma outra, eles concluíram: não, já temos uma como exemplo, então essa aí deixa pra lá.”

Figura 4 - Escola Alfredo Rodrigues (E); Demolição da escola (D). Fonte: <http://wp.clicrbs.com.br/riogrande/2011/07/19/escola-do-povo-novo-dara-lugar-a-rodovia/> (E); <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/rbs-noticias/videos/v/imp-espera-decisao-sobre-obras-na-escola-alfredo-ferreira-rodrigues/2283283/> (D). Acesso: janeiro, 2020.



A Escola Assis Brasil foi fundada na década de 1930, na Rua Juan Llopart, nº 669, com as mesmas características que as demais escolas desse padrão, e no ano de 2004 o prédio foi inventariado pela Prefeitura Municipal de Rio Grande, ficha nº PRS/03-0007.00231. A Escola Assis Brasil foi a escolhida para representar os valores históricos e culturais, sendo que na ocasião de sua preservação, por ficha de inventário, o prédio encontrava-se abandonado (Figura 6).

Apesar de existir a intenção de preservar um modelo de escola com projeto padrão, nota-se que o prédio da Escola Assis Brasil foi escolhido, não por apropriação, e sim por conveniência, já que a Escola Alfredo Rodrigues estava localizada no trajeto da nova estrada.

Sobre a demolição da Escola Alfredo Rodrigues o arquiteto disse: “É, eu lutei contra isso, mas perdi”. Através do Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB e do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico ele encaminhou alguns ofícios para a Delegacia de Educação, Associação de Pais e Mestres da escola e Prefeitura Municipal de Educação. Ele comentou que a Prefeitura fez levantamentos de prédios de interesse sociocultural e como já havia um modelo desse tipo de escola preservado não haveria necessidade de dois exemplares (CARNEIRO, 2019), o que mostra a dialética de preservação e abandono.

Na edificação da Escola Alfredo Rodrigues, o arquiteto entrevistado, Sr. Carneiro, participou de obras para melhorias e correções de manifestações patológicas. Sobre o projeto padrão, ele coloca que a SOP projetava uma escola modelo, com variação no número de alunos, que era replicada pelo Estado. Tal procedimento era utilizado pela economia e agilidade de concepção e construção (CARNEIRO, 2019).

[...] a Secretaria de Obras projetava um padrão de escolas, escola, digamos, de três salas de aula, escola de quatro salas de aula, escola de cinco salas de aula. E aí, conforme tinha mais dependências complementares, quer dizer, uma escola de uma sala de aula, só tem a sala de aula, os banheiros, o corredor e o alpendre. Agora, quando já tem duas salas de aula, ela pode ter a sala da diretora, e assim, elas vão se tornando mais complexas (CARNEIRO, 2019).



O Sr. Oscar foi nomeado pela justiça como perito para emitir pareceres técnicos sobre quesitos da obra como manifestações patológicas, defeitos e valor do bem. O entrevistado relatou: “Eu levei meses fazendo um trabalho muito criterioso”, porém o advogado da parte alegou que o arquiteto era considerado suspeito, pois sempre se manifestou a favor da edificação, não podendo permanecer na atribuição (CARNEIRO, 2019).

Os documentos entregues pelo entrevistado apresentavam perguntas e respostas relacionadas ao processo judicial, que era uma tentativa para o impedimento da demolição. Entre elas destaca-se o fato de que no momento que o arquiteto foi questionado se o bloco antigo era inventariado como patrimônio histórico e cultural do município de Rio Grande, ele colocou que não era, porém o mesmo deveria ter sido protegido pelo valor de sua arquitetura e história. Na localidade do Povo Novo existem apenas dois imóveis inventariados: a Igreja Nossa Senhora das Necessidades e o prédio municipal da Coordenadoria do Povo Novo (Figura 7).

Nos documentos processuais apresentados pelo Sr. Carneiro, nota-se que as perguntas foram orientadas de forma a diminuir o valor do prédio da Escola Alfredo Rodrigues, pois questionaram se o prédio atendia às normas vigentes, como dimensões mínimas, qualidade de iluminação, acústica e térmica, e, também, colocava sobre a influência positiva que o viaduto teria na segurança dos alunos. Não se pode esperar que uma edificação construída em 1937 atenda normativas dos anos 2000, porém isso não é fato impeditivo para a atribuição do valor histórico e cultural do patrimônio edificado. O documento expõe que a escola foi indenizada e desapropriada e, mesmo com sua demolição parcial, a instituição continuou a funcionar, porém com a redução no número de alunos.

Dessa maneira, percebe-se que a preservação imposta por um órgão público não determina se uma edificação é apropriada ou não, visto que o processo de apropriação ocorre por um movimento de uso e apego, que consolida a relação entre as pessoas e o ambiente construído.



Figura 7 - Igreja Nossa Senhora das Necessidades (E); coordenaria do Povo Novo (D). Fonte: Ficha de Inventário de Bens Culturais, Prefeitura Municipal de Rio Grande. Acesso em: Abril, 2020

## Conclusão

A partir do que foi avaliado e apresentado nesse trabalho, constata-se que a Escola Alfredo Rodrigues e os demais exemplares escolares pertencentes a esse mesmo modelo arquitetônico fizeram parte de um grupo de projetos elaborados para serem edificados no interior do Estado. Tal ação foi uma ferramenta do governo estadual para facilitar o acesso ao ensino público, consequência do novo método pedagógico Escola Nova, se não pelo programa de ensino, pela reprodução das construções.

Essas escolas, por sua função de construírem conhecimento, assim como por servirem de local para encontros sociais, são espaços essenciais para a preservação e transmissão da memória local. Conforme Halbwachs (2004), a interação ocasionada nas relações sociais entre pessoas e lugares deixa marcas mútuas. Dessa maneira, a construção possui o papel de manter viva as lembranças coletivas, como também representa um período histórico e uma nova arquitetura.

Quando se compreende que a memória serve para manter no presente acontecimentos passados, entende-se que a preservação do patrimônio edificado mantém as lembranças vivas, trazendo representatividade e identidade à comunidade. No estudo de caso, observou-se que a demolição da Escola Alfredo Rodrigues não levou em consideração o valor histórico do prédio, apesar das tentativas relatadas pelo entrevistado de impedi-la. O longo período que passou entre a demolição da escola e a construção do prédio provisório evidencia o descaso em relação à história local, fato causador de uma ruptura de identidade nos usuários da edificação.

Percebe-se que, embora haja uma escola semelhante, de mesma data e com o mesmo programa arquitetônico, protegida por lei de inventário, não há uma efetiva valorização cultural do bem, uma vez que o prédio se encontrava abandonado antes mesmo de ser salvaguardado e permanece assim após sua preservação. A Escola Alfredo Rodrigues, com sua função original, desde a década de 1940, foi demolida como se não houvesse relevância histórica e social para este patrimônio.

A partir da edificação escolar analisada nesse trabalho foi possível identificar diferentes representações para o termo abandono. No caso da Escola Alfredo Rodrigues, houve o encerramento das atividades educacionais, o abandono da sociedade e, por fim, a demolição do prédio. Assim, percebe-se que, quando a construção foi apagada, iniciou-se o processo da perda de sua função existencial, provocando o surgimento da

desapropriação do espaço em função do esquecimento. Ressalta-se que a motivação da demolição da escola foi a construção da rodovia BR – 392. Sem questionar a relevância dessa estrada à comunidade do Povo Novo, destaca-se que o espaço escolar, que tinha pertencimento, deu lugar à uma via de transição, com utilização, contudo sem apropriação.

Há, aqui, de se questionar se não haveria outra maneira de traçar a BR – 392, de forma que não impactasse no cotidiano da comunidade escolar. É evidente que ampliação da estrada era necessária, tanto quanto a preservação da memória das pessoas que lá vivem. O resguardo desses exemplares escolares é fundamental, pois representam, de maneira simbólica, a cultura da região.

## Referências

AZEVEDO, Giselle A. N.; BASTOS, Leopoldo. E. G.; BLOWER, Héliide. S. Escolas de ontem, educação hoje: é possível atualizar usos em projetos padronizados? In: *III Seminário Projetar*, Porto Alegre, RS, 2007. 17 p. (Anais eletrônicos). Disponível em: <[http://www.gae.fau.ufrj.br/assets/escola\\_ontem\\_edu\\_hj\\_gana\\_leo\\_hsb.pdf](http://www.gae.fau.ufrj.br/assets/escola_ontem_edu_hj_gana_leo_hsb.pdf)>. Acesso em: set. 2018.

BUFFA, Ester; PINTO, Gelson P. *Arquitetura e Educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas 1893-1971*. São Paulo: Universidade Federal de São Carlos, 2002.

CABRAL, Lisiê K. *Arquitetura Art Déco nas escolas do Rio Grande do Sul no período do Estado Novo (1930-1950)*. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo/UFPel, 2020. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1NuYxIDsqktLj8lgxR3bgZCJsFj2ymoYQ/view>>.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CARNEIRO, Oscar D. *Depoimento*. Entrevistadores: Lisiê Kremer Cabral e José Henrique Carlúcio Cordeiro. Rio Grande: Casa de Oscar Décio Carneiro (1h11min). dia 27 de agosto de 2019.

CORRÊA, Gilson. Alfredo Ferreira Rodrigues, um grande literato e historiador rio-grandino. *Blog liberdade poética – letras livres*. Rio Grande: 24. ago. 2018. Disponível em: <<http://letras-livres.blogspot.com/2018/08/alfredo-ferreira-rodrigues-um-grande.html>> Acesso em: jan. 2020.

CORREIA, Telma B. O Art Déco na Arquitetura Brasileira. *Revista UFG*, Dossiê Art Déco, Ano XII nº8, Goiás, 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48295/23636>>. Acesso em: mai. 2018.

CRUZ, José B. A.; CARVALHO, Lúcia. *São Paulo 450ª anos: a escola e a cidade, projeto pedagógico CEDAC*. São Paulo: Secretária Municipal de Educação/BEI, 2004.

ERMEL, Tatiane F. *Arquitetura escolar e patrimônio histórico-educativo: os edifícios para a escola primária pública no Rio Grande do Sul (1907-1928)*. Doutorado em Educação/PUCRS, 2017. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7337#preview-link0>>. Acesso em: mai. 2018.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 44, jan./jun. 2012.

GUTIÉRREZ, Ramón. *Arquitectura y Urbanismo em Iberoamérica*. Madrid: Cátedra, Grupo Anaya, S.A., 2005.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

KOWALTOWSKI, Doris C.C.K. *Arquitetura Escolar: o projeto do ambiente de ensino*. São Paulo: Oficina de textos, 2013.

LEMOS, Carlos A.C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 2009.

LUCHESE, Ticiane A.; KREUTZ, Lúcio. Das escolas de improviso às escolas planejadas: um olhar sobre os espaços escolares da região colonial italiana, Rio Grande do Sul. *Revista brasileira de educação*. vol.12, nº 2 (29). São Paulo, 2012. p. 45-76. Disponível em: <<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/viewFile/38787/20316>>. Acesso em: mai. 2018.

LUCHESE, Ticiane A. Institucionalização dos colégios elementares do Rio Grande do Sul (1909-1927): 'novo' modelo de escola primária? *Revista Intersaberes*. vol.11, nº 22, 2016. Disponível em: <<https://www.uninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/1002/558>>. Acesso em: mai. 2018.

MPRS, 2012. Ministério Público Do Estado do Rio Grande do Sul. *Rio Grande: Escola demolida para a construção de estrada deverá ser reconstruída*. Disponível em: <<https://www.mprs.mp.br/noticias/30785/>> Acesso em: jan. 2020.

NASCIMENTO, Mario Fernando P. *Arquitetura para a educação: a contribuição do espaço para a formação do estudante*. Mestrado em arquitetura/USP, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-19062012-122428/pt-br.php>>. Acesso em: abr. 2018.

OLIVEIRA, Fabiana V. *Arquitetura escolar paulista nos anos 30*. Mestrado em arquitetura/ USP, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-20052010-152808/pt-br.php>>. Acesso em: abr. 2018.

OLIVEIRA, Cleiton L. F. de. *No meio do caminho tinha uma escola: Educação ambiental a partir dos injustiçados ambiental e educacionalmente na duplicação da BR – 392 no extremo Sul do Brasil*. Mestrado em educação ambiental/FURG, 2016. Disponível em: <<https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000011303.pdf>> Acesso em: jan. 2020.

PEREIRA, Célia et al. *ArtEstação nos Trilhos da Cultura*. Ano 2. 2º ed. Cassino, Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: <[https://issuu.com/celiamariapereira/docs/revista\\_nos\\_trilhos\\_2](https://issuu.com/celiamariapereira/docs/revista_nos_trilhos_2)> Acesso em: jan. 2020.

ROCCA, Luisa D. *Açorianos no Rio Grande do Sul: Antecedentes e formação do espaço urbano do século XVIII*. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo/UFRGS, 2009. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/17918>> Acesso em: mai. 2020.

RODRIGUES, Donizete. Patrimônio cultural, memória social e identidade: interconexões entre os conceitos. *Letras Escreve*. v. 7, nº. 4, 2017. Seção livre de artigos de literatura teórica e/ou aplicada. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/letras/>>

[article/view/4071](#)> Acesso em: jun. 2019.

RS.GOV, 2018. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. *Governo anuncia obra aguardada há 10 anos em escola de Rio Grande*. Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/governo-anuncia-obra-aguardada-ha-10-anos-em-escola-de-rio-grande>> Acesso em: jan. 2020.

SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*. São Paulo: Universidade de São Paulo, acadêmica 21, 1997.

SOUZA, Cristiéle S. O patrimônio documental da igreja: entre os documentos oficiais e os “escritos autorreferenciais”. In: MICHELON, Francisca F.; MACHADO Júnior, Cláudio; GONZÁLEZ, Ana (org.). *Políticas públicas e patrimônio cultural: ensaios, trajetórias e contextos*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, Universidade Federal de Pelotas, 2012.

SPERBER, Dan. *La contagion des idées*. Paris : Odile Jacob, 1996.

WEIMER, Gunter. *Arquitetos e Construtores no RS 1892-1945*. Santa Maria: UFSM, 2004.